

Comércio do DF demonstra preocupação com pobreza

A Federação do Comércio do Distrito Federal encaminhou ao presidente Fernando Collor, semana passada, um longo documento afirmando sua preocupação com os reflexos da atual política econômica de combate à inflação adotada pelo Governo. Entre os principais problemas surgidos com a atual política estão: elevação da taxa de desemprego para níveis superior a dez por cento da População Economicamente Ativa — cerca de 1,2 milhão de desempregados — e redução do poder de compra dos trabalhadores em até 30 por cento.

O documento, intitulado "Nota ao Presidente Fernando Collor", assinala que as medidas adotadas pelo governo não conseguiram reduzir o número de brasileiros miseráveis — com renda inferior a dois salários mínimos — calculados em mais de 30 milhões. O documento salienta que a maioria dessa população desassistida se encontra "aglomerada nos centros urbanos". Ressalta que mais de 60 milhões de brasileiros permanecem vivendo com padrão de vida abaixo do nível mínimo de dignidade humana. Para a Federação do Comércio do DF, o desafio do governo Collor é "modernizar-se mediante reorientação da economia e racionalização da ação estatal, agora com vistas à consolidação da cidadania".

A seguir, os principais pontos do documento:

A nova estratégia para o desenvolvimento social deve não só avaliar os aspectos conjunturais que derivam do Plano Collor, mas apontar para a questão estrutural da **pobreza da ineficácia do Estado** no seu tratamento e do atraso tecnológico da **economia brasileira**. O Governo deve conceber um plano para a construção da cidadania e não apenas de recomposição de suas frações atingidas pela crise. Trata-se, aqui, também, da **reconstrução nacional** e não de contemporização com os problemas agudizados pelo plano.

Neste sentido cabe **identificar a pobreza** e os caminhos de como resgatá-la para a cidadania e o mercado, e a que custo.

A pobreza no campo é marginal, mas não pode ser esquecida pela importância que lhe atribui tanto a Igreja quanto algumas correntes radicais. Rigorosamente existem quatro mil e 500 estabelecimentos rurais até dois módulos fiscais do Incra. O ritmo da reforma agrária não acompanha o afastamento histórico da pequena propriedade. Carlos Lessa, em estudo, cita que em três anos a

reforma agrária criou mil novos estabelecimentos enquanto só em 1988, foram varridos do censo rural mais de cem mil. Com base em projetos acompanhados pelo Bndes calcula-se que com três mil dólares de aplicação em cada estabelecimento seria possível reestruturar o pequeno produtor elevando sensivelmente sua renda, com o que podemos estimar um volume na ordem de Cr\$ 4,5 bilhões para atingir 1/3 da população rural pobre.

A pobreza urbana é mais vasta e complexa. Aglomera-se nas regiões metropolitanas onde é mais onerosa e difícil a ação pública. São 25 milhões de brasileiros a serem atingidos por estratégia de resgate à cidadania e incorporação no mercado. Um Programa de combate à pobreza deste porte exige grande determinação e inequívoca capacidade de mobilização de agências internacionais (PNUD — CNRH, OIT, FDO, Acordos bilaterais, BIRD, BID), órgão da União, civis do governo (Estado Municípios) e recursos. Grosso modo, estima-se como custo mínimo unitário para a criação de infra-estrutura social (escolaridade plena, creches para 30 por cento das crianças de zero a seis anos, postos de saúde e pelo menos um quilômetro do local de residência, equipamentos urbanos mínimos como água, luz, esgoto, lixo, lazer, iluminação) o valor de mil dólares. Dado o universo de 25 milhões de brasileiros a atingir o Governo necessitaria investir algo em torno de 25 bilhões de dólares nas cidades.

O valor dos investimentos necessários a estratégia de consolidação de democracia com recuperação à dignidade de 30 milhões de brasileiros está, pois, na ordem de 30 bilhões de dólares para um prazo de aplicação de quatro anos, número próximo ao calculado pelo prof^o Hélio Jaguaribe. Onde estão estes recursos? Ora, eles não estão no orçamento, nem estão à disposição do Governo. Mas estes recursos existem. Vejamos a que eles correspondem:

1 — O PIB brasileiro é da ordem de 340 bilhões de dólares ao ano. Isto significa que se forem aplicados dez bilhões de dólares ao ano para o resgate à cidadania de 30 milhões de brasileiros o País deve destinar algo em torno de 3,0 por cento do PIB neste programa durante três anos.

2 — O Pagamento dos serviços da dívida externa, irrentável a partir deste ano está na ordem de cinco bilhões de dólares — nas instenções do Governo —, ou 12 bilhões de dólares — nas intenções dos credores. A diferença que não pagaremos pode ser ex-

plicada à opinião pública internacional como a necessidade de eliminar a miséria absoluta no Brasil. Isto teria um grande impacto na opinião pública mundial sobretudo se fosse levado a cabo profissionalmente.

3 — O congelamento de ativos financeiros pelo plano Collor a 16 de março de 1990 foi da ordem de cem bilhões de dólares dos quais 50 por cento ainda está retido. Ora, se estes recursos estão voltando à economia porque não compatibilizar parte deles com necessidades de financiamento do programa social?

Mas o volume de recursos necessários à viabilização da estratégia social existe de outra forma não potencial, mas efetiva. Está inscrito nos mecanismos agendados ao longo de décadas, a título de poupança forçada como salário indireto, na massa de salários.

Ora, se o Governo conseguir **ORIENTAR** a aplicação da quinta parte destes recursos do âmbito de sua estratégia social estará elevando sua eficácia nos marcos de uma racionalização social de sua ação — algo plenamente compatível com a atual filosofia de governo — e capaz de conduzi-lo à indispensável legitimação em processo, a qual depende precisamente de sua capacidade para propor e implantar políticas públicas de interesse geral.

Redefinir o discurso para a área social formular uma **estratégia de resgate à cidadania de cerca de 30 milhões de brasileiros** no âmbito de um rigoroso desenho que recupere a importância da política urbana e regional sem favoritismos fiscais e **iniciar o processo de reconceituação do Estado como produtor das condições para o exercício da cidadania**, com apoio das instituições sociais — Empresas, Serviços Sociais, Civis (Sindicatos, OAB etc), religiosa (CNBB, Setoriais), intelectuais (Universidades, CNPq, Organização Não Governamentais, Centros de Estudo e Pesquisas) eis a questão! Ousando pretender compreender a engenharia financeira dos mecanismos de poupança forçada não inflacionária e sugerir submetê-los à rigorosa **REDEFINIÇÃO** sujeito a ação reguladora do Estado nos marcos de sua transformação em agente da Universalização de direito, levantamos esta bandeira: Modernização da Economia e da Sociedade Sim. Mas com a instauração de uma **ordem social competitiva sob a égide de um novo estado** que instaure simultaneamente a liberdade do mercado como critério de eficácia e a construção da cidadania como requisito da democracia!